

ANO II - EDIÇÃO Nº 428 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 26 de dezembro de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 891/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, em substituição, exercerem o cargo comissionado especificado durante o recesso natalino e férias do titular do cargo Heber Ricardo da Cruz Almeida, conforme a seguir:

CARGO	SUBSTITUTO	PERÍODO	DEPARTAMENTO
Encarregado de Área	Marcos Gomes Santana	20/12/2017 a 29/12/2017	Transporte
	Antônio Nilvan Gonçalves da Costa	30/12/2017 a 06/01/2018	
	Carlos Rogério Ferreira do Carmo	08 a 17/01/2018	

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 892/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, com respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 19 de janeiro de 2018, a servidora JULANE MARISE GOMES DA SILVA, Professora P-II, matrícula nº 95741, da Função de Confiança FC 3 – Assistente dos Órgãos Auxiliares.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 893/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, com respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 19 de janeiro de 2018, a servidora MÔNICA PEREIRA BRITO, Analista Ministerial Especializado – Assistência Social, matrícula nº 23299, para provimento da Função de Confiança FC 3 – Assistente dos Órgãos Auxiliares.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 894/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO que o prazo de validade do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO do Ministério Público do Estado do Tocantins, regido pelo Edital nº 01, de 05 de junho de 2012, homologado em 26/12/2013 pelo Edital nº 22, de 20 de dezembro de 2013 (Publicado no Diário Oficial nº 4.033, de 26/12/2013), expira em 26 de dezembro de 2017, conforme Portaria nº 833/2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins Edição nº 4.515;

CONSIDERANDO o deferimento da tutela de urgência no Processo nº 00456865620178272729, em trâmite perante a 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de validade do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto, regido pelo Edital nº 01/2012, até 26 de julho de 2018, conforme tutela de urgência deferida que restituiu 212 (duzentos e doze) dias ao prazo de validade original do referido certame.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de dezembro de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

Ouidoria do Ministério Público

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouidora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

DIRETORIA-GERAL

ATO CHGAB/DG Nº 035/2017

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo do ATO nº 033, de 3 de abril de 2017, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Art. 1º. Editar a Escala do Recesso Natalino dos servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins, referente ao exercício 2017, observado os períodos de plantão abaixo descritos.

Recesso Natalino - 2017 - Servidores				
Matricula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localidade
76207	Abenise Carolina de Oliveira Ramos	20/12/2017 a 06/01/2018	18	15ª Promotoria de Justiça da Capital
86208	Aderson Alves de Siqueira	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial
115412	Adriany Paula Pereira Silva Vieira	20 a 28/12/2017	09	Corregedoria Geral
68407	Adrina Cordeiro de Freitas Neta	26 a 31/12/2017	06	1ª Regional
46403	Agnel Rosa dos Santos Póvoa	28/12/2017 a 06/01/2018	10	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação
120513	Alberto Neri de Melo	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia
79907	Alexsander Duarte Peyneau	20/12/2017 a 06/01/2018	18	5ª Promotoria de Justiça de Gurupi
131016	Aline Ribeiro Magno	20 a 28/12/2017	09	10ª Promotoria de Justiça de Araguaína
66207	Allane Thássia Tenório	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
82707	Alline França Motta	01 a 06/01/2018	06	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
112912	Andreia Alves de Carvalho	20/12/2017 a 06/01/2018	18	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
111211	Andressa Neves Vieira	20/12/2017 a 06/01/2018	18	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
139616	Antonio Nelzir Alves Rodrigues	20/12/2017 a 06/01/2018	18	1ª Regional
107510	Antonio Nilvan Gonçalves da Costa	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Transportes
94609	Carlos Osma de Almeida	20 a 31/12/2017	12	Área de Suporte de Serviços Administrativos
26000	Cesar Augusto Silva Moraes	20 a 25/12/2017	06	5ª Procuradoria de Justiça
100410	Cesar de Amorim Rodrigues	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Assessoria de Cerimonial
139871	Cristiane Presbítero T. Barreto Wahbe	29/12/2017 a 06/01/2018	09	Serviço de Atendimento ao Cidadão
8226115	Daianne Fernandes Silva	27/12/2017 a 06/01/2018	11	Assessoria de Comunicação
129415	Danilo Carvalho da Silva	20 a 25/12/2017 02 a 06/01/2018	11	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial
90008	David Antonio da Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Protocolo Geral
8321108	Denise Soares Dias	20 a 26/12/2017	07	Assessoria de Comunicação
438390	Diego Feitosa Cabral Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação
113012	Diogo dos Santos Miranda	20 a 25/12/2017	06	1ª Regional
124614	Dionatan da Silva Lima	25 a 31/12/2017	07	Área de Compras
126614	Divino Humberto de Souza Lima	23 a 30/12/2017	08	Cartório da Assessoria Especial Jurídica
8542180	Edilma Dias Negreiros Lopes	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Controladoria Interna
40558	Edilma Maria Cavalcante Rodrigues	26 a 30/12/2017	05	6ª Procuradoria de Justiça
84008	Etelilson Pereira Correia	20 a 25/12/2017	06	Diretoria de Expediente
106410	Elias Fonseca de Oliveira	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
67007	Elias Roseno de Lima	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais
83008	Elinalva do Nascimento Ramos	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Cartório da Assessoria Especial Jurídica
67307	Fabyola Aparecida Ribeiro Quinaud	26/12/2017 a 06/01/2018	12	4ª Procuradoria de Justiça
85008	Fernanda Belmira Oliveira da Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	18	3ª Regional
69507	Francisco das Chagas dos Santos	26/12/2017 a 06/01/2018	12	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
21199	Francisley Rosa de Medeiros	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico
69607	Guilherme Silva Bezerra	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação
87508	Hitalo Silva Bastos	20 a 24/12/2017 01 a 06/01/2018	11	Área de Compras

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

22999	Huan Carlos Borges Tavares	20 a 27/12/2017	08	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação
31393	Iradian Pereira de Oliveira Moraes	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
106210	Jailson Pinheiro da Silva	27/12/2017 a 06/01/2018	11	Área de Patrimônio
113512	Jaqueline dos Santos Serafim	29/12/2017 a 06/01/2018	09	Cartório de Registro, Distribuição e Diligência de 1ª Instância
8489416	Jennifer Gomes Martiniano	20 a 25/12/2017	06	9ª Procuradoria de Justiça
95709	Jhennyfer Silva Costa	01 a 06/01/2018	06	5ª Procuradoria de Justiça
93508	Joana Darc Siqueira de Vasconcelos	20/12/2017 a 25/12/2017 27/12/2017 a 06/01/2018	17	5ª Promotoria de Justiça da Capital
76907	João da Silva Macedo	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Departamento de Planejamento e Gestão
37301	Jorama Leobas de Castro Antunes	20/12/2017 a 06/01/2018	18	9ª Procuradoria de Justiça
67807	Josemar Batista da Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Almoarifado
80107	Josue Zangirolami	20/12/2017 a 06/01/2018	18	1ª Promotoria de Justiça de Taguatinga
130015	Joziel da Silva Costa	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas
113412	Kamila Laranjeira Sodré	26/12/2017 a 06/01/2018	12	Diretoria de Expediente
100210	Karoline Setuba Silva Coelho	01 a 06/01/2018	06	Área de Suporte de Serviços Administrativos
113612	Kátia Gonçalves Soares Corrêa Rocha	01 a 06/01/2018	06	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
119413	Leandro de Almeida Cembraia	20/12/2017 a 06/01/2018	18	28ª Promotoria de Justiça da Capital
79607	Leonardo Francisco Umino	20/12/2017 a 01/01/2018	13	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
82407	Leonardo Rosendo dos Santos	20 a 26/12/2017	07	Departamento de Finanças e Contabilidade
65507	Leonardo Santos da Mata	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Banco de Dados
84908	Leticia Knewitz	31/12/2017 a 03/01/2018	04	Assessoria Especial Jurídica
70807	Lígia Sumaya Carvalho Ferreira Trindade	20 a 25/12/2017	06	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
141116	Livia Machado Vianna	04 a 06/01/2018	03	Assessoria Especial Jurídica
127414	Liz Fernanda Frota Amaral Marques	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi
108510	Lúcia Farias Ferreira	20 a 28/12/2017	09	Cartório de Registro, Distribuição e Diligência de 1ª Instância
129215	Luciana Pinheiro de Moraes Rodrigues	27/12/2017 a 02/01/2018	07	4ª Promotoria de Justiça da Capital
133316	Luciele Ferreira Marchezan	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Departamento de Planejamento e Gestão
145917	Ludmilla Caetano Rodrigues	26/12/2017 a 06/01/2018	12	Diretoria de Expediente
75407	Luiz Carlos Alves Lima Sobrinho	25/12/2017 a 06/01/2018	13	Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral
128015	Luíza Alves de Sousa	29/12/2017 a 06/01/2018	09	Corregedoria Geral
90508	Luzia Souza de Abreu Campos	26 a 31/12/2017	06	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
31501	Manuela Nunes Ferreira Câmara	20/12/2017 a 06/01/2018	18	3ª Procuradoria de Justiça
82107	Marcos Gomes Santana	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Transportes
92708	Marco Antonio Tolentino Lima	20 a 26/12/2017	07	Área de Patrimônio
69807	Margareth Pinto da Silva Costa	27/12/2017 a 06/01/2018	11	Departamento de Finanças e Contabilidade
140516	Maria Aparecida Auricéla Araújo Pires	20/12/2017 a 06/01/2018	18	3ª Regional
4890	Maria Célia Martins Oliveira Carlos	26/12/2017 a 31/12/2017	06	5ª Procuradoria de Justiça
59705	Maria das Neves Menezes de Souza	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Cartório de Registro, Distribuição e Diligência de 1ª Instância
81207	Maria Helena Lima Pereira Neves	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Departamento Administrativo
13893	Marijara Fonseca Ayres	20/12/2017 a 29/12/2017	09	Serviço de Atendimento ao Cidadão
122413	Marina Armondes Milhomem	20/12/2017 a 06/01/2018	18	4ª Regional
101610	Marlene de Menezes	20/12/2017 a 06/01/2018	18	2ª Promotoria de Justiça de Gurupi
89708	Marlon Vergílio de Souza	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Sede das Promotorias de Justiça de Araguaína
86808	Milena Freire Cavalcante	27/12/2017 a 06/01/2018	11	9ª Promotoria de Justiça da Capital
23299	Mônica Pereira Brito	20/12/2017 a 06/01/2018	18	CAOP da Infância e Juventude
94909	Mychella Elena Andrade de Souza	20 a 27/12/2017	08	Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico
8767611	Natalia Azevedo Barbosa	20 a 25/12/2017	06	Diretoria de Expediente
96509	Natália Fernandes Machado Nascimento	28/12/2017 a 06/01/2018	10	Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico
147217	Nataly Queen de Sousa Marinho	29/12/2017 a 06/01/2018	09	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína
83908	Neila Soares de Carvalho Silva Rocha	29/12/2017 a 06/01/2018	09	Núcleo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre
78807	Paula Cristina de Moura Silva	01 a 06/01/2018	06	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
83508	Paulo Evangelista Silva	20 a 31/12/2017	12	Gabinete da Diretoria-Geral
135616	Peron José Ribeiro de Souza	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento
44103	Pollyanna Ferreira e Silva	20 a 25/12/2017	06	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
110411	Raimunda Bezerra Amorim	26 a 31/12/2017	06	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
2489	Raimundo Nonato Cardoso	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Protocolo Geral
76007	Raphaela Sousa Paiva Martins	20 a 25/12/2017	06	13ª Promotoria de Justiça da Capital
98108	Rayson Rômulo Costa e Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas
132216	Rejanne Fonseca Cabral	20 a 28/12/2017	09	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína

97709	Renata de Oliveira Pinto Descardeci	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Arquivo Geral
107910	Renato Alves do Couto	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Departamento de Licitações
93408	Reylane Batalha Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	18	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
130816	Rodrigo Vendramini Gonçalves	20/12/2017 a 06/01/2018	18	4ª Regional
118012	Rostana de Oliveira Campos	20 a 31/12/2017	12	Departamento de Finanças e Contabilidade
71007	Sarah Cunha Porto Pinheiro Rizo	29/12/2017 a 06/01/2018	09	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína
71607	Selma Moreira de Souza	20 a 30/12/2017	11	Sede das Promotorias de Justiça de Araguaína
80707	Silvério Dias Araújo	31/12/2017 a 06/01/2018	07	Sede das Promotorias de Justiça de Araguaína
75707	Sílvia Borges de Sousa Quinan	20 a 25/12/2017	06	Assessoria Especial Jurídica
75107	Sóstenis Feitosa de Carvalho	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Cartório de Registro, Distribuição e Diligência de 2ª Instância
81907	Stefania Valadares Teixeira Correia	20 a 24/12/2017	05	Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral
140916	Tauanny Cristyna Silva Dutra	01 a 06/01/2018	06	1ª Regional
61006	Thiago Pinheiro Miranda	20/12/2017 a 06/01/2018	18	4ª Procuradoria de Justiça
98410	Tony Kamilo Borges Reis	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas
75207	Uiliton da Silva Borges	20 a 25/12/2017	06	Diretoria Geral
6998968	Validná Borges Carvalho Maciel	20 a 31/12/2017	12	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
96209	Walker Iury Sousa da Silva	20 a 28/12/2017	09	Núcleo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre
117012	Welliton Bomfim de Sousa Cortez	20/12/2017 a 06/01/2018	18	3ª Regional
69207	William Lemes Gomes	20/12/2017 a 06/01/2018	18	Diretoria de Expediente

Art. 2º. Quanto ao usufruto, as regras a serem observadas são as constantes do ATO PGJ nº 102, de 21 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 19 de dezembro de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

APOSTILA Nº 009/2017/CHGAB/DG

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033, de 03 de abril de 2017, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Apostilar os Atos CHGAB/DG nº 025/2017 e 026/2017, de 18/10/2017, publicados no DOE/MPE-TO Nº 388, de 20/10/2017, referentes à homologação do resultado da Avaliação Periódica de Desempenho e à Progressão Funcional de servidor efetivo e estável do Ministério Público do Estado do Tocantins, respectivamente.

Art. 1º. No Anexo Único ao Ato CHGAB/DG nº 025/2017:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
79907	Alexsander Duarte Peyneau	Analista Ministerial	29/10/2017	Aprovado

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
79907	Alexsander Duarte Peyneau	Analista Ministerial	29/10/2017	Aprovado

Motivo: erro na grafia do nome.

Art. 2º. No Anexo Único ao Ato CHGAB/DG nº 026/2017:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual
79907	Alexsander Duarte Peyneau	Analista Ministerial	HB2	HB3

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual
79907	Alexsander Duarte Peyneau	Analista Ministerial	HB2	HB3

Motivo: erro na grafia do nome.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de dezembro de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 088/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Inexigibilidade de Licitação, Portaria CCI nº 1356/06, objetivando a contratação pelo Estado do Tocantins das empresas Mobran Indústria, Comércio e Representações de Móveis Ltda., Anna Deborah Indústria e Comércio de Móveis Ltda. e Handyara Comércio e Representações de Material de Construção Ltda., para aquisição de móveis

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 089/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Inexigibilidade de Licitação, Portaria SECOM nº 207/04, objetivando a contratação pelo Estado do Tocantins, através da Secretaria de Comunicação, da Empresa S/A Correio Braziliense, para prestação de serviços de material institucional

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 090/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Inexigibilidade de Licitação, Portaria INEX nº 086/04, objetivando a contratação, pelo Município de Palmas-TO, através da Secretaria Municipal de Comunicação, da Empresa Televisão Rio Formoso Ltda. – TV Anhanguera, para prestação de serviços de material institucional

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 092/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Inexigibilidade de Licitação, Portaria SECOM nº 166/04, objetivando a contratação pelo Estado do Tocantins, através da Secretaria de Comunicação, da Empresa Instituto Grauss de Pesquisas Sociais, Econômicas e de Opinião Pública Ltda., para prestação de serviços de material institucional

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 093/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Dispensa de Licitação, Portaria / GABGOV n.º 018/06, objetivando a contratação pelo Estado do Tocantins da Empresa FINO SABOR BUFFET E RESTAURANTE LTDA., para prestação de serviços de alimentação no Governo Mais Perto de Você, no Município de Xambioá-TO

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 094/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Pregão Presencial n.º 195/2005 e no Contrato n.º 005/2005, firmado entre o Estado do Tocantins, através da Cia. de Mineração do Tocantins – MINERATINS e a empresa Minascom Comercial Ltda., objetivando a aquisição de equipamentos de informática

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 097/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrente de irregularidades na prestação de contas do Convênio n.º 32/2000, firmado no ano de 2000, entre o Município de Palmas-TO e a UEES – União Estadual dos Estudantes Secundaristas

INVESTIGADO: Domingos Rodrigues da Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 22 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 098/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: notícia de fato formalizada junto à Ouvidoria do Ministério Público

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa decorrente do não cumprimento da jornada regular de trabalho por parte da professora, da rede pública municipal, Elcineia de Oliveira, lotada na Escola Municipal Darcy Ribeiro.

INVESTIGADO: Elcineia de Oliveira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 099/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Inexigibilidade de Licitação, Portaria SECOM n.º 133/04, visando a contratação pelo Estado do Tocantins, através da Secretaria de Comunicação, da Empresa Rádio Curimã Ltda., para prestação de serviços de material institucional

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 101/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Dispensa de Licitação (Portaria / SETAS 018/2006), objetivando a contratação, pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins, das empresas Minascom Comercial Ltda. e Vargas & Vargas Ltda., para aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Centro Socioeducativo de Palmas-TO

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 095/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Inexigibilidade de Licitação, Portaria SEFAZ n.º 1663/03, objetivando a contratação pelo Estado do Tocantins, através da Secretaria da Juventude, da Empresa Teresinha Cruz da Cunha – TAUEE PUBLICIDADES, para prestação de serviços técnicos especializados de informática

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 096/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria de Justiça da Capital-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa (fraude à licitação) decorrente de possível ilegalidade apurada pelo TCE/TO no Ato de Dispensa de Licitação, Portaria GABGOV n.º 015/06, objetivando a contratação pelo Estado do Tocantins da empresa José Rodrigues Alves, para prestação de serviços de alimentação no Governo Mais Perto de Você, no Município de Taguatinga-TO

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AURORA DO TOCANTINS

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP.54/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: representação formulada Fábio Costa junto à Ouvidoria do Ministério Público

FATO EM APURAÇÃO: desvio de finalidade na contratação de servidores a título precário (contratação temporária) pelo Município de Lavandeira-TO, em detrimento do princípio do concurso público.

INVESTIGADO: Município de Lavandeira-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 25 de abril de 2017.

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP.55/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrente de irregularidades nas contas de ordenador de despesas do Município de Lavandeira-TO, referente ao exercício de 2005

INVESTIGADO: Antônio Maria de Castro

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 26 de abril de 2017.

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

Documento assinado digitalmente conforme MP n.º 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA N.º ICP. 56/2017**INVESTIGANTE:** Promotoria de Justiça de Aurora-TO**FUNDAMENTOS:** artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08**ORIGEM:** Cópia do Processo 13/98, da Vara Cível de Aurora-TO**FATO EM APURAÇÃO:** ato de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrente da omissão do Município de Novo Alegre-TO em prestar contas dos recursos recebidos através do Convênio nº 011/96, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde no ano de 1996.**INVESTIGADO:** Carlos Furtado de Araújo**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Palmas-TO, 26 de abril de 2017.**PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP. 57/2017**INVESTIGANTE:** Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO**FUNDAMENTOS:** artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08**ORIGEM:** expediente remetido pelo Conselho Tutelar**FATO EM APURAÇÃO:** situação de risco e/ou irregular em que se encontra o adolescente Alex Novaes dos Santos, nascido aos 12/09/2001, residente no Município de Aurora do Tocantins-TO**INTERESSADO:** Alex Novaes dos Santos**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Palmas-TO, 26 de abril de 2017.**PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA****PORTARIA N.º ICP. 58/2017**

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO os fatos noticiados e apurados até o momento no Procedimento Preliminar nº 005/2008, notadamente que o Município de Aurora do Tocantins-TO não dispõe de local adequado para destinação final dos resíduos sólidos produzidos, os quais são depositados a céu aberto, nos chamados lixões, com desrespeito ao meio ambiente e à legislação que rege a matéria, em especial à **Lei nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos;**

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 225, caput, da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 23, incisos VI e VII, prevê que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora;

CONSIDERANDO que a omissão do Município no sentido de dar destinação adequada aos resíduos sólidos (lixo comercial e residencial) repercute não somente no meio ambiente – com a degradação do ecossistema e destruição da flora e fauna local –, como, também, na saúde pública da população, diante da probabilidade de proliferação de vetores e doenças;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e urbanismo e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o prazo para conclusão do Procedimento Preliminar nº 005/2008 se escoou e, havendo diligências investigatórias a serem realizadas/cumpridas, de rigor se mostra sua conversão em inquérito civil público, nos termos do artigo 4º, § 3º e 4º, da Resolução n.º 003/08/CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ato Conjunto PGJ/CGMP n.º 001/2015 dispõe sobre a organização e funcionamento do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva e estabelece, em seu artigo 2º, que os membros integrantes¹ poderão manifestar-se nos feitos “determinando diligências, baixando portarias de instauração, prorrogando prazos legais, ajuizando as ações cabíveis, expedindo recomendações, firmando termos de compromisso de ajustamento de conduta e adotando as providências que se mostrarem necessárias à regularização e impulsionamento dos feitos”.

RESOLVE:

Converter o Procedimento Preliminar nº 005/2008 em **Inquérito Civil Público** com o objetivo de apurar omissão do Município de Aurora do Tocantins-TO em dar a devida destinação aos resíduos sólidos produzidos no Município.

O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO, que deve desempenhar a função com lisura e prosteza.

Determino a realização das seguintes diligências:

a) autue-se e registre-se o presente procedimento, observando-se o disposto no artigo 4º, §2º, da Resolução nº 003/08/CSMP/TO;

b) oficie-se ao NATURATINS requisitando: 1) a remessa de cópia do último laudo/relatório referente à vistoria/perícia realizada no local de disposição final dos resíduos sólidos do Município de Aurora do Tocantins-TO; 2) esclareça se o Município de Aurora do Tocantins-TO tem licenciamento ambiental aprovado para operar o sistema de descarte final de resíduos sólidos; 3) esclareça se atualmente o Município de Aurora do Tocantins-TO tem local adequado para o descarte final de resíduos sólidos; 4) outras informações relativas aos fatos, com a remessa de cópia dos documentos pertinentes. **Instrua o ofício com cópia da portaria;**

¹ Artigo 3º C) Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva terá a seguinte composição:
I – Promotor (as) de Justiça Assessoras; do Corregedor-Geral do Ministério Público;
II – Promotores de Justiça Substitutos.

c) oficie-se ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente requisitando a remessa de cópia do último laudo/relatório referente à vistoria/perícia realizada no local de disposição final dos resíduos sólidos do Município de Aurora do Tocantins-TO, bem como informações a respeito de eventuais providências judiciais e extrajudiciais já adotadas pelo Ministério Público sobre os fatos no referido no Município. Instrua o ofício com cópia da portaria;

d) oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público informando a instauração do presente inquérito civil público, remetendo cópia da portaria inaugural e do respectivo extrato para fins de publicação na imprensa oficial;

e) afixe-se cópia da presente portaria no local de costume, observando as disposições da Resolução n.º 003/08/CSMP/TO.

Palmas-TO, 27 de abril de 2017.

Assinado de forma digital por CN=PEDRO EVANDRO VICENTE RUFATO, OU=Autoridade Certificadora SFP/PROACF, OU=ARSEP/PRO, OU=Passos Figueira Adv., O=ICP-Brasil, C=BR
Data: 27/04/2017 11:14:45

Pedro Evandro de Vicente Rufato
Promotor de Justiça
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP 59/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08
ORIGEM: Procedimento Preliminar n.º 017/2008
FATO EM APURAÇÃO: omissão do Município de Lavandeira-TO em dar a devida destinação aos resíduos sólidos produzidos no Município
INVESTIGADO: Município de Lavandeira-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 27 de abril de 2017.

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP 60/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08
ORIGEM: Auto de Infração do IBAMA
FATO EM APURAÇÃO: omissão do Município de Novo Alegre-TO em dar a devida destinação aos resíduos sólidos produzidos no Município
INVESTIGADO: Município de Novo Alegre-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 27 de abril de 2017.

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP 60/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08
ORIGEM: Auto de Infração do IBAMA
FATO EM APURAÇÃO: omissão do Município de Novo Alegre-TO em dar a devida destinação aos resíduos sólidos produzidos no Município
INVESTIGADO: Município de Novo Alegre-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 27 de abril de 2017.

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º ICP 61/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08
ORIGEM: Vistoria realizada pelo CAOP do Meio Ambiente
FATO EM APURAÇÃO: omissão do Município de Combinado-TO em dar a devida destinação aos resíduos sólidos produzidos no Município
INVESTIGADO: Município de Combinado-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 27 de abril de 2017.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira Denuncie Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br